



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

HÉRICA FRANCIS ALVES DE SOUSA

**Novos olhares, novos saberes: ressignificando a
representação do negro no fazer pedagógico da
escola Maria Cândida de Oliveira.**

CAMPINA GRANDE-PB

2011

HÉRICA FRANCIS ALVES DE SOUSA

**Novos olhares, novos saberes: ressignificando a
representação do negro no fazer pedagógico na
escola Maria Cândida de Oliveira.**

Monografia apresentada à Universidade Estadual
da Paraíba- UEPB- em cumprimento à exigência
para obtenção do título de graduado.

Prof. Ms Alberto Edvanildo Sobreira Coura

Orientador

CAMPINA GRANDE

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S725n Sousa, Hérica Francis Alves de.

Novos olhares, novos saberes [manuscrito]:
ressignificando a representação do negro no fazer
pedagógico da escola Maria Cândida de Oliveira. /
Hérica Francis Alves de Sousa. – 2011.

45 f.:

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Me. Alberto Edvanildo Sobreira
Coura, Departamento de História e Geografia”.

1. Mudanças. 2. Representação. 3. Práticas
pedagógicas. I. Título.

CDD 371.5

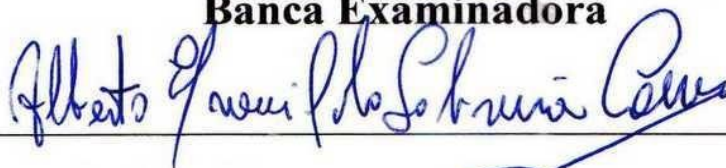
HÉRICA FRANCIS ALVES DE SOUSA

**Novos olhares, novos saberes: ressignificando a
figura do negro no fazer pedagógico da escola
Maria Cândida de Oliveira.**

Monografia apresentada à Universidade Estadual
da Paraíba- UEPB- em cumprimento à exigência
para obtenção do título de graduado.

Aprovada em 17/06/2011

Banca Examinadora



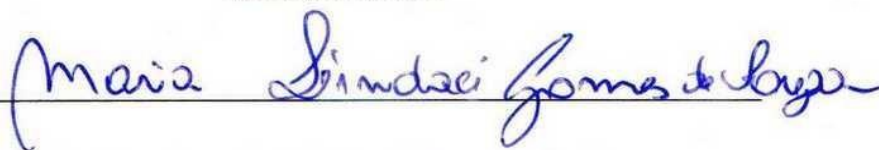
Prof. Ms. Alberto Edvanildo Sobreira Coura

Orientador



Prof. Dra. Patrícia Cristina Aragão

Examinadora



Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza

Para minha amada mãe, minha guerreira,

meu porto seguro, DEDICO.

Agradecimentos

Aos meus pais, Maria Joselma Alves de Sousa e Moisés Batista Alves, por toda dedicação, carinho, educação e estímulo.

Ao meu namorado Igor, que sempre me anima para que eu realize e conclua todos os meus projetos, por todo seu apoio e carinho.

Ao meu irmão Hecton, as minhas queridas primas Nathalya, Keudma e Haylla que também participam dessa vitória.

Ao meu professor e orientador Alberto Edvanildo Coura, pelo tempo, pelo conhecimento, pela paciência e acima de tudo por acreditar no meu potencial.

A professora Sandreyza Pereira Medeiros, pela ajuda e disposição.

Aos professores, funcionários e coordenação da Universidade Estadual da Paraíba, em especial aos que compõem o Centro de Educação e o Departamento de História e Geografia.

As minhas amigas dos tempos de escola Raquel, Íria e Sawana, pelos anos de amizade e cumplicidade que ainda estão vivos apesar da distância.

Aos meus queridos (as) amigos(as) e colegas de turma, especialmente Cecy Emanuela, Gabriela Lima, Tatiana Oliveira, Mônica Valéria, Denise Suênia, Kellysson Alves, Diógenes Félix e Ezequiel Cavalcanti pela amizade e apoio.

RESUMO

O Brasil é reconhecido por ser um país que apresenta um povo diverso, resultado de uma mistura entre brancos, negros e índios. Mistura esta que resultou em uma incorporação de culturas e representações que estão presentes em nossa sociedade. Porém, essa realidade tentou ser encoberta por aqueles que queriam fazer do Brasil uma extensão do mundo europeu e isto pode ser constatado quando nos voltamos para a historiografia brasileira. Entendendo a educação como meio de transmissão de conhecimentos sobre nossa cultura, a escola apresenta-se como importante espaço para contemplar discussões que levem a múltiplos olhares sobre nossa realidade. Mesmo com as mudanças no âmbito da História, que culminaram com a elaboração da lei 10.639/03 tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das escolas do país, as efetivas mudanças nas salas de aula ainda são poucas e isoladas. Pensando na importância que o ensino multi(pluri)cultural pode proporcionar, volto-me ao Ensino Básico; onde se tem as bases para o convívio em sociedade, com o exemplo da Escola Maria Cândida de Oliveira, onde a professora Sandreylza Pereira Medeiros insere práticas pedagógicas que incluem as propostas feitas pela lei.

PALAVRAS-CHAVE: Mudanças, Representação, Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

Brazil is renowned as a country with a diverse people, the result of a mixture between whites, blacks and Indians. This mixture resulted in a merger of cultures and ideas which are present in our society. However, this reality tried to be buried by those who wanted to make Brazil an extension of the European world and this can be featured when we turn to the historiography. Understanding education as a means of transmission of knowledge about our culture, the school presents itself as an important space for discussions that lead to consider multiple perspectives on our reality. Even with the changes in the context of history, which culminated in the drafting of the law 10.639/03 that states that Afro-Brazilian and African history should be included in the curricula of schools in the country, however the effective changes in the classrooms are still few and isolated. Thinking about the importance that teaching (multi) culture can provide, I turn to the Basic school, where you have the foundation for life in society, with the example of the Maria de Oliveira Cândida School, where the teacher Sandreylza Pereira Medeiros inserts practice teaching including the proposals made by law.

KEYWORDS: Changes, Representation, Pedagogical Practices.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. O Negro na História do Brasil: Uma discussão Historiográfica	10
3. Repensando o lugar do negro na História do Brasil: Preocupações e mudanças.....	22
Lugar do Negro na Educação	25
4. Um Estudo de Caso na Escola Maria Cândida de Oliveira	35
5. Considerações Finais.....	42
6. Referências	43

INTRODUÇÃO

As primeiras produções historiográficas trazem uma história que mais parece ter sido escrita por e para portugueses. Quando se trata do negro, sua presença é quase nula. Quando citado, ocupa os mais sombrios lugares da nossa História e sua imagem limita-se ao período escravista, algo que deu ao próprio negro uma péssima visão de si. As produções historiográficas acabaram por influenciar os livros didáticos, o que fez da escola um espaço que raramente trata do caráter pluricultural do povo brasileiro. Pensando nisso, busco nesse trabalho, através de uma pesquisa de campo, a importância em se trabalhar a diversidade no âmbito escolar.

A História dos textos e dos livros caricaturou a imagem do negro e sua representação foi resultado desse processo. Para Chartier, as representações sociais são práticas culturais, isto é, elas são estratégias de pensar a realidade e construí-la. As representações sociais “não são de forma alguma discursos neutros, produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, ao legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” (CHARTIER, 1990, p. 17). A reflexão e a releitura da História do Brasil são resultados das novas pesquisas no campo da História, onde podemos constatar uma busca para compreensão e transformação de construções do passado.

O processo de integração do afro-brasileiro na sociedade é lento e necessita de atenção, preocupação e motivação. Mudar uma realidade já existente não é tarefa fácil e não atinge a todos da mesma maneira.

A partir de uma conversa informal em um evento acadêmico sobre Cultura Afro-brasileira e Negra, conheci Sandreylla Pereira Medeiros, que falou de seu trabalho na Escola Maria Cândida de Oliveira o que me incentivou a pesquisar sobre tão importante iniciativa. Historiadora envolvida com estudos sobre Negritude levou seu objeto de estudo para suas aulas. Trabalhando no ensino infantil, percebeu a carência da escola em tratar do assunto e por isso empenhou-se em mudar essa realidade.

A Escola, como muitas outras, ainda não tinha adaptado-se a lei 10.639 vigente desde 2003. A lei torna obrigatório o ensino de História e cultura Afro-Brasileira nas

escolas, abrangendo o ensino fundamental e médio. Tendo a escola como formadora de opinião, a estratégia de levar a História e a Cultura Afro-Brasileira para as salas de aula acaba por dar forma às mudanças pretendidas para a sociedade. Sociedade esta que se vê envolvida na falsa idéia de que no Brasil não existe preconceito. Muitos desconhecem, falta de material didático e o despreparo é visível.

Fundamentando a pesquisa na História Oral, trato das transformações que práticas como a de Sandreylza são capazes de fazer, assim como a preocupante falta de conhecimento de alguns profissionais sobre as novas discussões que deveriam estar em sala de e que por ventura não estão. Seu exemplo alerta como a formação do professor é fundamental para o processo de valorização de culturas e identidades.

1. O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA.

O Brasil é um país reconhecido por seu imenso território e por ser palco de uma mistura única de raças. O negro, que foi arrancado de suas origens, vem para o Brasil como mercadoria e ao longo dos anos recebe uma diversidade de adjetivos que foram difundidos por entre os séculos e são responsáveis por construir um ser diferente dos outros, um ser inferior. O negro passou por um processo de construção imagética, uma figura que chega a ser caricaturada em textos e publicações. A questão da miscigenação foi rejeitada por muito tempo e as produções historiográficas por muitas vezes usaram sua presença para justificar o atraso e os males do Brasil.

O negro foi visto como um instrumento de trabalho onde as tarefas atribuídas a ele eram indignas para serem feitas por brancos. A eles eram atribuídos uma série de defeitos que legitimavam os castigos corporais. Qualquer falta que cometiam era punida com severidade. Desde o início a cor negra foi associada à inferioridade, imagem esta que foi dando ao próprio negro uma péssima visão de si. Além dos castigos físicos, do trabalho compulsório e da péssima qualidade de vida, a cultura que eles traziam era combatida ferrenhamente. Tentou-se destruir culturalmente o negro, negando e reprimindo sua(s) identidade(s).

A identidade do negro foi cruelmente estagnada, silenciada e esquecida. O período das grandes conquistas europeias fez surgir um indivíduo heróico, a raça pura que estaria designada à conquista do mundo conhecido e desconhecido. Essa construção foi difundida e foi a responsável pelo aniquilamento de diversas culturas. Esse lugar assumido, essa europeização, reduziu as demais raças. Mas, com o advento da “pós-modernidade”¹, uma onda de mudanças coloca em xeque tais sujeitos e a uma série de outras estruturas que compõem a sociedade. Segundo Hall, o indivíduo pós-moderno encontra-se fragmentado, com diversas identidades onde a diferença é que faz sua caracterização. Cada sujeito assume seus posicionamentos, suas práticas e seus discursos. Mas esse processo não é e não foi simples assim como também não é fácil

¹ Termo utilizado por Stuart Hall em “A identidade cultural na pós-modernidade”

romper com estruturas tão bem implantadas pela tradição. A luta pelo reconhecimento da identidade é bastante árdua. Diversos movimentos fazem parte dessa luta e graças a estes que muitas conquistas foram alcançadas. É certo que por muito tempo conseguiu-se calar e reprimir quem se manifestasse contra a ordem imposta, mas os movimentos de resistência continuaram a difundir a busca por seus direitos.

Quando se trata da historiografia brasileira temos o silêncio, o disfarce e a difamação ao negro, que ligou sua imagem à inferioridade para talvez justificar a ausência de uma história do negro no Brasil. Percorrendo as produções temos um mundo do mandante branco, uma história lusófila, preconceituosa e voltada para glórias de um povo “pseudobrasileiro”.

Resgatando as abordagens sobre escravidão na historiografia brasileira, temos dois representantes ilustres: Francisco Adolf Varnhagen e Capistrano de Abreu. O primeiro publica *História Geral do Brasil*, em 1854 e, posteriormente, uma segunda edição em 1857. Já Capistrano, nos contempla com os seus *Capítulos de História Colonial*.

Coube a Varnhagen o ponta pé inicial nas pesquisas que levariam a construir a História brasileira. Erudito, tinha a missão de dar uma memória à pátria que, levando em consideração o seu feito, realmente cumpriu. Seu livro ganhou status e passou a influenciar diversas produções posteriores. O desafio imposto à Varnhagen não era fácil, pois sua narrativa tinha como suporte apenas documentos e a partir deles deveria ser construída uma memória para o povo brasileiro. Apropriando-se de relatos do passado, o autor deveria contribuir para a construção não só de uma História brasileira, mas de uma identidade nacional.

Historia Geral do Brasil acabou por representar um grande marco, porém não tardou a receber críticas. Seu lusitanismo se sobressaiu, o que deixou sua narrativa sem distinção entre a história do Brasil e a colonização portuguesa. Diante das críticas, sua segunda edição tenta redimir-se, trazendo em seus capítulos o indígena. Mas, continuou a defender uma história brasileira enraizada com a presença portuguesa.

Antes de *Historia Geral* o olhar estrangeiro voltou-se para as terras brasileiras. Entre as mais conhecidas publicações estão *Histoire Du Brésil*, de Alphonse

Beauchamps (1815), *History of Brazil* de Southey e o também francês *Resumé de l'histoire Du Brésil*. Essas publicações acabaram por influenciar a produção da História brasileira. Segundo Mattos (2009),

Os textos franceses, bem como os três volumes de Southey, dedicavam muito mais espaço à escravidão e aos costumes dos grupos indígenas e africanos escravizados do que os compêndios e manuais brasileiros neles inspirados. Para o olhar estrangeiro, a escravidão africana e a presença indígena marcavam o exotismo e a peculiaridade do país.

A historiografia, em sua gênese, também contou com a participação do Instituto Histórico Geográfico que foi responsável por iniciar pesquisas que priorizavam documentos esquecidos ou esgotados. Recém fundado (1840), promove um concurso com o objetivo de construir uma escrita da História do Brasil. O Brasil, já independente, precisava de um passado para oferecer um futuro. O texto premiado seria aquele que elaborasse o melhor plano. O vencedor, com sua monografia *Como se deve escrever a história do Brasil* foi o viajante, botânico e naturalista Karl Von Martius. Martius levanta uma perspectiva até então não vista: Construir a história do Brasil levando-se em conta a miscigenação.

A proposta levantada pelo alemão não recebeu bons olhares dos oitocentistas, que preferiram deixar em segundo plano tal ousada questão. Porém, segundo comentadores, Varnhagen tentou seguir a linha de Martius quando destina três capítulos de sua *História Geral* ao indígena, seus costumes e às guerras contra eles. Quanto ao negro, “não se furtou a analisar a contribuição do que chamou, em alguns trechos, de “colonização africana”, “a cujo braço vigoroso deve o Brasil principalmente os trabalhos do fabrico do açúcar, e modernamente os da cultura do café”.²

Ainda sobre o escravo africano, Varnhagen tratou de falar das nações de onde proviam e para onde foram encaminhados pelo processo de colonização. Sua narrativa tratou de falar de males, porém não se restringiu a isso, reconhecendo os africanos como “contribuintes”, diante da sua influência na agricultura, na culinária e até na língua.

² MATTOS, Hebe. *Memória e Historiografia no oitocentos: a escravidão como história no tempo presente*. P.135.

Evidentemente os males acabaram por ganhar mais espaço, até pelo próprio objetivo da obra de valorização da colonização portuguesa. Portanto, os maus hábitos, a falta de pudor e a ousadia negra recebem um tom de repugnância e o branqueamento aparece como um elemento de “salvação”.

Ao mesmo em que defendia a influência portuguesa no Brasil e exaltava o povo europeu, um contraste aparece na obra de Varnhagen. Ele traz na íntegra o discurso do frei Thomas de Mercado (1569), em que denunciava os abusos do tráfico negreiro e das guerras que aconteciam no continente africano, propondo o fim da participação de cristãos nesse processo de comercialização de escravos. A intervenção jesuítica contra a escravização indígena teria acabado por fazer do negro um elemento mais interessante aos olhos coloniais. A escravidão tornou-se uma instituição lucrativa e conveniente. O fato de trazer a tona tal documento levantou críticas à sua obra, não só por esse motivo como pela má organização e sua falta de estilo em *História Geral*. Para alguns, a obra de Varnhagen teve maior conotação de crônica, e não de história.

Capistrano de Abreu surge em fins do século XIX com uma nova história, porém com a mesma conotação história-memória presente na narrativa do seu antecessor. “Capítulos de História do Brasil”, deixa a história lusófila para trás e valoriza as questões do povo brasileiro e suas diversidades regionais. Capistrano substitui a idéia de raça de Varnhagen, pelo conceito de cultura material. Apesar disto, Capistrano não dá ênfase à miscigenação, chegando a vê-la como perigo. Capistrano passa a mostrar uma história mais íntima, resgatando o interior do Brasil e integrando as diversas partes do território.

Capistrano escreve *Capítulos* pouco tempo depois do fim da escravidão, mas não faz da escravidão um problema historiográfico e sim de caráter demográfico, jurídico e econômico. Apesar de dar maior destaque aos “sertões”, *Capítulos* não deixa a questão negra de lado, tratando a miscigenação como uma especificidade brasileira, característica, de certa forma positiva por afastar-se do lusitanismo que ele combate em sua obra.

O negro trouxe uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio rumbático. As suas danças lascivas, toleradas a princípio, tornaram-se instituição nacional; suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As mulatas encontraram apreciadores de seus desgarres e foram

verdadeiras rainhas. O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos, resumiu em 1711 o benemérito Antonill.³

Mesmo de forma não tão explícita, a miscigenação é vista por ele como elemento importante, ainda que trate da questão quase sempre com teor político. Capistrano dá início a um mito que seria mais abordado por Freyre em *Casa Grande & Senzala*, o mito da celebração das três raças que celebrava, na verdade, uma pretendida nacionalidade.

Um autor chamou bastante atenção pela inovação metodológica que sua obra propôs. Trata-se de Gilberto Freyre, reconhecido, aclamado e também criticado. Seus estudos eram voltados para a escravidão na América e em particular, ao Brasil. Freyre foca-se em algo que ele coloca como problema brasileiro que mais o inquietava: a miscigenação. Seus estudos foram vistos como referência nas questões de raça e racismo.

Casa Grande & Senzala sem dúvidas marcou a historiografia brasileira. Publicado em 1933, o ensaio de Freyre apresenta uma história diferente de tudo o que já tinha sido escrito, e por isto recebeu todas as glórias principalmente no exterior. Sua obra deixa de lado a tão recorrida teoria racial para trazer à tona a idéia de cultura até então não trabalhada na História do Brasil. Para Reis,

o que ele produziu foi uma espécie de auto-atropologia da cultura na qual nasceu a nordestino-brasileira. Como um romancista, não se colocou fora do seu próprio objeto, já que este objeto faz parte da sua vida e consciência. Sua escrita é encarnada, comprometida; ela traz à expressão uma grande margem da história até então muda, não refletida e explicitada.⁴

Casa Grande não deixa de exaltar a colonização, porém o negro deixa de ser apenas um coadjuvante indesejado da história e passa a integrar a vida dos protagonistas. Freyre, assim como Varnhagen, escreve uma obra notadamente elitista e lusófila, porém adentra em aspectos que seu antecessor deixou de lado por pura

³ Abreu, 1976b: 96-98.

⁴ REIS, 2006, p.52

repugnância. Reis ainda afirma que “Freyre até supera Varnhagen nesse elogio. Seu reelogio do passado é uma exaltação, uma idealização.” (REIS, 2006, p.56).

Escrita nos anos 1930, Casa Grande encontra-se no contexto do arianismo, da raça pura tão defendida pela Alemanha. Na Europa e nos EUA o racismo estava em alta. Em 1933, temos a subida de Hitler ao poder, reafirmando o poder ariano. Na África e na Ásia permanecia o imperialismo que alastrava ainda mais a superioridade branca. As questões relativas à raça confundiam-se com a ideia de povo e o termo científico da palavra era o mais recorrente.

Freyre recebe grande influência de Franz Boas na sua estada na Universidade de Columbia. Boas e seus discípulos adentraram nos estudos sobre raça e participaram ativamente das transformações epistemológicas da antropologia racial do século XX, visando combater a ideologia racial tão em voga no momento. “Franz Boas era um pensador moderno que considerava que um claro conhecimento dos princípios da antropologia permite esclarecer os processos sociais de nosso tempo e pode nos mostrar se estivermos prontos para ouvir seus ensinamentos, o que fazer e o que evitar.” (p.452) Graças a essas influências, como o próprio Freyre admitiu, com seus estudos antropológicos ele revelou o negro e o mulato separados dos aspectos raciais e sob efeito do ambiente em que viviam e de sua experiência cultural. Freyre defendeu uma pluralidade; onde “nem clima, nem raça, nem nada tomado isoladamente poderia organizar a possibilidade de sucesso ou de fracasso das experiências humanas”.

Segundo Viotti, cerca de vinte anos depois, surge uma nova geração no estudo das diferenças raciais no Brasil e segue um caminho oposto ao de Freyre. As pesquisas realizadas por essa geração evidenciam a existência de preconceitos dos brancos só que de uma forma “natural”, encobrendo uma falsa mobilidade social, onde os negros continuaram em condições subalternas. A idéia de democracia racial defendida por Freyre foi um apelo tão forte que até os negros foram levados a acreditar na sua existência. Os chamados revisionistas⁵ alertaram para a real situação acusando os

⁵ A palavra "Revisionismo" deriva do Latim "revidere", que significa ver novamente. Os revisionistas são responsáveis por uma investigação crítica baseada em teorias e hipóteses no sentido de testar a sua validade.

brasileiros “de terem o fundamental preconceito de não ter preconceito.”⁶ Tais pesquisas causaram revolta entre a elite branca e até mesmo entre os negros, pois os revisionistas estavam apontando um falso problema.

O mito serviu para evitar maiores confrontos sociais, a conformação foi a opção mais cômoda para os brasileiros. Emilia faz uma diferenciação da experiência brasileira com o mito e da experiência norte-americana. O mito do *self-made man*⁷ levou os norte-americanos a lutarem pela ascensão social, difundindo que a busca por uma melhor situação é sempre a melhor alternativa, tal mito não teve tanto sucesso no Brasil. Ao invés disso, o brasileiro foi levado para a resolução mais fácil, a aceitação.

Os mitos recebem verdadeira atenção da classe intelectual, podendo ser tanto implantados como combatidos. A geração pós-Freyre viu o mito da democracia como um mal a ser combatido. A existência do preconceito era tão óbvia que o censo oficial de 1950 aponta para o abismo social no Brasil. Os dados mostram o baixo percentual de negros nas escolas, principalmente no ensino superior, onde é quase nula. As estatísticas mostravam claramente as diferenças entre negros e brancos, porém foram silenciadas.

Gilberto Freyre e outros intelectuais de sua geração foram capazes de proclamar uma maneira de manter a paz social no Brasil, muito conveniente para as elites que cada vez mais ascendiam e formavam as classes dominantes capitalistas. Freyre e seus seguidores não defendiam os negros e nem muito menos acreditavam que foram o melhor para o Brasil. A “aceitação” do negro em Casa Grande & Senzala não passou de uma teoria onde a miscigenação era benéfica, pois levaria o negro ao desaparecimento. O entrecruzamento de raças levaria ao “branqueamento” da população brasileira findando os problemas.

As teorias racistas européias do século XIX tiveram sua queda com o fim da Segunda Guerra Mundial, onde a idéia da raça pura tinha sido “derrotada” pelas forças aliadas. As mudanças atingiram o mundo, principalmente nos EUA onde a segregação perdeu força; e também atingiram o campo intelectual que cada vez mais passou a ter

⁶ DA COSTA, Emília Viotti. Da monarquia à República. O mito da democracia racial no Brasil. P.367.

⁷ Os norte-americanos chamam as pessoas que conseguem subir na vida com o próprio esforço de *self-made man*.

interesse pelo estudo das relações raciais. A democracia racial no Brasil ganha fôlego, pois supostamente vivíamos em uma harmonia, um exemplo a ser seguido. A UNESCO voltou-se para essa realidade brasileira e passou a coordenar projetos de pesquisa no Brasil. Porém, as pesquisas apontaram para verdadeira realidade: no Brasil existia preconceito e discriminação.

Viotti afirma que a questão da democracia racial, tão discutida entre finais do século XIX e inícios do século XX, claramente recebe influências européias, mas não estavam restritas às ideias de fora, procurando adaptá-las à realidade brasileira. O que mais indaga a autora é o porquê de se optar por teorias que exaltam a superioridade branca quando apenas 40% da população, em meados de 1870, era considerada branca.

A sociedade colonial brasileira em sua essência estabeleceu o lugar de inferioridade do negro e soube manipular teorias em seu benefício, adaptando-as para melhor servi-la. A superioridade branca não deixou de ser difundida, porém a “aceitação” do negro fez parte de um processo que visava destruir futuramente o estereótipo negro da sociedade brasileira.

Com o advento da modernidade as novas relações de trabalho mudaram os aspectos da antiga sociedade colonial. A idéia de “acomodação racial” defendida passou a ceder lugar para a competitividade de um sistema de relações raciais no qual o preconceito, embora presente, não era “necessário”, para um sistema no qual o preconceito “é necessário”.

O mito da democracia racial claramente disfarçou o preconceito e a discriminação das elites brancas do Brasil e foi capaz de interferir na construção de uma identidade(s) negra, o que evitou o conflito ao longo dos anos. O mito, segundo Viotti, teria beneficiado não apenas a elite branca, como também aos negros, mesmo sendo em menor vantagem. A aceitação do negro e a colocação do mulato como uma raça “especial” criou oportunidades e certa mobilidade social. A busca incessante de adentrar no universo branco cada vez mais afastou o negro do seu passado, fechando os olhos para os possíveis preconceitos e querendo cada vez mais parecer branco de alguma forma, compartilhando com a elite branca a idéia de democracia racial. Essa relação de aceitação serviu para dar ênfase ao mito e perdurá-lo como uma realidade brasileira.

A mobilidade social poderia até existir, um exemplo disto é Machado de Assis, que por sua fama clareou-se de uma forma que seria um ultraje chamá-lo de negro. Mas é certo que essa mobilidade só existiu graças ao consentimento branco, ascender socialmente para o negro só seria realidade caso a elite branca permitisse. Os mais aceitos eram aqueles que mais se aproximavam da cor branca, os “mulatos claros”, que ostentavam o status de brancos e eram considerados modelos por aqueles que não tinham tanta “sorte”.

A posição favorável de alguns negros maquiou as razões reais de a maioria pobre ser negra, jogando os problemas para as diferenças de classes. O sistema colonial paternalista soube encobrir realidades para manter o comodismo proporcionado por essas relações. Propagar a democracia racial foi um dos meios mais fáceis de manter a ordem e o controle de poder por parte da elite branca.

A independência mudou o cenário brasileiro instituindo um sistema dependente de um eleitorado, isso deu força as relações de patronagem. Durante esse desenrolar de mudanças, a elite branca assegurou seu papel na sociedade. “No século XX, entretanto, com o incremento da urbanização, o crescimento da população (a população brasileira aumentou de 14 milhões para mais de uma centena de milhões desde 1890) e a relativa distribuição da riqueza, tornou-se difícil para a elite tradicional conservar sua posição.” (VIOTTI,1987 p.380) As elites romperam, dividiram-se e opuseram-se umas as outras. Nos anos 1920 as oligarquias começaram a ser vistas com “maus olhos”. E em 1930, a revolução destronava a hegemonia das elites oligárquicas.

Diante de uma ebulição de mudança, o “antigo regime”⁸ estava em decadência. A classe operária surgia com toda força para exigir seus direitos. Classe esta formada também por imigrantes que traziam para o Brasil a efervescência das idéias européias. Sem esquecer da transformadora Semana de Arte moderna de 1922 que clamava por mudanças também por influência européia.

A condição colonial garantia ao branco seu lugar superior, o mandante da situação. Com a queda desse sistema e o eventual desenvolvimento de uma sociedade competitiva,

⁸ Referência ao sistema colonial brasileiro.

temos o negro indo em busca de lugares jamais antes alcançados. O lugar de submissão que o negro viveu, cedeu o lugar para a disputa pelas melhores posições no mercado de trabalho. Esse desenrolar de acontecimentos fez aflorar a discriminação, tão bem camuflada através dos anos, de uma forma mais escancarada, pois encarar o negro como igual é praticamente indigesto para a tradicional elite branca.

Os intelectuais dos anos 1960 voltaram-se para essa realidade e promoveram um verdadeiro ataque ao preconceito e a discriminação. Os já citados revisonistas acreditavam que estudar o mito da democracia racial era a base do entendimento das relações sociais brasileiras. E o mais importante, tais pesquisas contribuiriam para uma futura construção da real democracia brasileira, com a eventual destruição do mito. Sobre os mitos, Viotti atenta para as palavras de Octávio Ianni, que “eram valiosos apenas para os grupos dominantes numa sociedade agrário-exportadora” (VIOTTI, 1987, p.383).

As instituições acadêmicas contribuíram para o afloramento da nova sociedade, desligadas do tradicional e preocupadas com o progresso. Ainda que modestamente, os mulatos chegavam a esse patamar de ensino, mas sem temer suas origens. A democratização do ensino deu os primeiros passos para o combate às teorias que levaram à construção do mito da democracia racial.

Muitas barreiras foram quebradas desde a obra de Freyre, porém seria ilusório falar que o mito da democracia racial no Brasil acabou por completo. De forma menos exposta o mito segue vivo, principalmente no interior do país e, no mundo urbano, o mito recebe uma maquiagem que passa despercebida por muitos.

Inúmeras teorias racistas movimentaram o mundo intelectual e essas discussões estiveram presentes na formação do Brasil. Percebe-se o quanto a miscigenação “atormentou” a história, tanto que o assunto só foi tratado de maneira mais escancarada em *Casa Grande & Senzala*, do Gilberto Freyre, em 1933. Entre o bem e o mal, a questão foi preferencialmente abafada.

Entre os racistas, podemos destacar uma figura que por muito tempo fez sucesso com suas teorias. Oliveira Vianna era um tipo tradicional, nascido no berço dos grandes chefes do conservadorismo fluminense. Suas obras são de fundamental importância para os estudos das identidades brasileiras, principalmente um de seus primeiros ensaios: A

evolução do povo brasileiro, de 1923. Recebendo diversas críticas, a obra era uma verdadeira marcha em prol do branqueamento da população. “Para ele uma ameaça pairava sobre o Brasil, assim formulada por Lapouge: “o Brasil constituirá daqui a um século um imenso Estado negro, a menos que ele não retorne, e é provável, à barbárie.” (REIS, 2006, p.138). A grande ameaça ao Brasil estaria na existência de raças inferiores, que incluía não só os negros como índios e mestiços.

Para deixar mais clara sua teoria, dedica na segunda parte de seu livro para sua tese. Em “A “evolução ascendente” da raça: da mestiçagem (o mal) ao branqueamento (a salvação), o autor começa a enfrentar o maior pecado que “corrompe a civilização brasileira”. A mistura teria comprometido o físico e o psicológico, um tipo incapaz de se integrar à civilização. Esse pensamento era o mesmo dos cientistas europeus que viam o Brasil com ceticismo. Naquele período difundia-se a idéia da “raça” superior e teorias evolucionistas como as defendidas por Lapouge, Spencer e Lewis Morgan, que distinguiam a existência de três estágios de evolução da humanidade (selvageria, barbárie e civilização). Essa realidade “negra” incomodava as elites e obras como a de Vianna eram mais que bem vindas. A condição de barbárie era algo que Oliveira Vianna não aceitaria, passando a combater o “regresso”.

Mas Vianna tinha uma esperança para salvar o Brasil, acreditava na tese do branqueamento, onde a população gradualmente iria se integrar a cor branca. No início, com a vinda do branco português para o Brasil, tínhamos a superioridade, que foi corrompida com a promiscuidade. Vianna também aponta possíveis males causados pelo branco português; por eles terem se lançado a aventura, tornaram-se inquietos e violentos e, portanto tenderiam à ruína quando por fim cederam à miscigenação.

Apesar de estudar a mistura de raças, Vianna se apega em particular ao “mal negro”, aos “bárbaros africanos” que debilitaram a constituição física do brasileiro. Os negros incomodavam em particular pela fácil adaptação que tiveram ao Brasil e a dificuldade que seria eliminá-los. Os diversos tipos africanos que vieram para o Brasil misturaram-se mais com brancos do que com índios. Quanto à mistura, seriam superiores àqueles que mais se aproximassem da cor branca.

Grande expectativa foi causada pelo fim do tráfico negreiro, que impôs o fim da entrada de negros no Brasil e a falta de mão-de-obra levou a busca por novos empregados. Como opção surge a imigração européia que trouxe para Vianna uma nova esperança em branquear a população. A favor do branqueamento existia também a morte pelas más condições de vida, uma seleção social que tratou de colaborar para a derrubada das raças inferiores. Para a infelicidade do autor, sua tese recebe um duro golpe. A abolição da escravidão acabou com os sonhos de extermínio da raça negra.

Vianna preferiu a ilusão de que o branqueamento seria possível graças ao cruzamento, unindo mulatos de sangue branco com o branco, aniquilaria as raças inferiores.

O branqueamento era um movimento objetivo e espontâneo, uma tendência ascensional de longa duração, e o Estado nem precisaria tomar alguma atitude. Observando os números, que não mentem, Vianna vibrava feliz: a população negra estava sendo eliminada do Brasil! (REIS, 2006, p.163)

Oliveira Vianna mostrou-se um precursor de idéias fascistas antes mesmo da explosão da Segunda Guerra. Suas teorias fizeram sucesso por um período relativamente longo, fica a dúvida sobre os rumos que o Brasil traçaria caso a Alemanha tivesse saído vencedora da guerra. A busca incessante de Vianna pelo arianismo mostrou-se um devaneio e o racista Vianna viu seus planos e sonhos serem destruídos.

Assim como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, diversos autores influenciados por teorias européias escreveram a História do Brasil que nos é contemplada nas escolas. Os livros didáticos tornaram-se o espelho daquilo que a sociedade deveria ser, aquilo que era esperado e desejado. A construção do passado brasileiro foi alvo de preocupação quanto àquilo que deveria ser lembrado. Temos uma história de heróis brancos e de negros rebeldes.

2. REPENSANDO O LUGAR DO NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL: PREOCUPAÇÕES E MUDANÇAS.

As primeiras produções historiográficas foram voltadas para a exaltação colonizadora por conveniência. Queria-se formar uma nação forte e próspera; porém, uma nação em que se pudesse haver controle e poder nas mãos dos mais poderosos. O que era escrito era apenas o desejável, um modelo que os brasileiros deveriam aceitar como verdade absoluta. Tomando como base o princípio certeauniano, onde qualquer produção depende do lugar social de quem a produz, temos a chave da História feita no Brasil, que soube exaltar o que era pretendido e ocultar tudo que fosse de encontro com as necessidades do período.

Tendo em vista os ideais de se produzir a exaltação do continente colonizador, foi implantada uma imagem civilizatória ao europeu, um quase endeusamento, que se prolongou por séculos. A construção de discursos e a apropriação de nossa cultura levaram à construção de um povo que acredita na beleza da civilização e despreza tudo que venha opor esse regime.

[...] a construção de determinados paradigmas conduzia até então a uma aparentemente confortável certeza: a de que tudo já estava predito, com o que se condenavam as explicações do real à fixidez dos modelos. Isso, em princípio, negava ao processo de construção do conhecimento sobre o mundo da aventura da descoberta. As respostas já estavam lá, pelas lógicas de explicação já estabelecidas e consagradas, antes mesmo do trabalho de investigação ser iniciado. As hipóteses tornavam-se inócuas, porque de antemão as explicações já estavam dadas e sabidas, inviabilizando, dessa forma, a pertinência da pergunta. (PESAVENTO, 2005, p.9)

Essas posturas receberam bastante atenção intelectual ao longo dos anos e as contestações sobre essa História foram, e são, motivo de discussões calorosas. É certo que passamos um período sob o comando colonizador, mas o Brasil já passou- há um bom tempo- pelo processo de independência. Isso não significou o fim do culto ao projeto colonizador-progressista que continua a fazer parte dos discursos nacionais. O pensamento historiográfico brasileiro quis construir uma identidade própria,

desvinculada da idéia de colônia de Portugal, com liberdade política e econômica, mas, ao mesmo tempo, construiu um continuísmo que mesmo combatido ainda faz parte de muitas produções.

A construção da História nacional partiu da visão das elites, analisar ou problematizar- no primeiro momento de produção, não estava inserido essa preocupação- o lugar ou o papel do negro no Brasil obviamente ficou em segundo plano. As mudanças mundiais podem ser vistas a partir de 1930 com a influência da Escola dos Annales. No Brasil, a escola Metódica por muito tempo se fez presente nas principais produções historiográficas; tinha entre seus fundamentos a construção da história imparcial, passiva, onde o historiador tinha função de apenas reunir os acontecimentos, registrando-os e assegurando-se de que as fontes eram verdadeiras. O cativo negro, portanto, não era objeto de análise. A escola francesa dos Annales deu início a uma nova abordagem, uma nova perspectiva de se fazer história, sua influência no Brasil não ganhou muitos olhares, chegando como inspiração apenas nos anos de 1980.

A contemporaneidade proporcionou à História alterações. Isso se deve ao fato de que as ditas “verdades absolutas” tão presentes na História passaram a ser contestadas. Uma nova perspectiva de fazer História surge, ficando conhecida como História Cultural. Essa “renovação” propõe a busca por novos sentidos, novos olhares, desconstruindo o continuísmo e trazendo à tona personagens sem rostos.

Cabe aqui trazer a discussão da representação social, ao tratar da figura do negro no Brasil. Diante das mudanças no âmbito da História, o negro reaparece nas discussões com a finalidade de redefinir seu papel na sociedade brasileira. Estrategicamente deixado de lado, o negro, cujo trabalho compulsório foi responsável pela construção do primeiro grande projeto econômico brasileiro, deveria ser um escravo, sem direitos, sem história e sem passado. Sua condição na sociedade ficou restrita às sombras e sua representação manteve-se mesmo com o fim da escravidão.

Segundo Pasavento (2005), “Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças”. Portanto, o grupo dominante, responsável pela

construção da história, tratou de valorizar seu mundo em detrimento de classes menos “significantes” para os seus interesses.

Para Chartier, as representações sociais são práticas culturais, isto é, elas são estratégias de pensar a realidade e construí-la. As representações sociais “não são de forma alguma discursos neutros, produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, ao legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” (CHARTIER, 1990, p. 17). Conforme nos adverte Chartier, as representações supõem um campo de concorrências e de competições: “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (1990, p. 17). A história das representações tendeu a firmar-se como complemento e nova orientação da história cultural, uma vez que significou, para os herdeiros da tradição dos Annales, a possibilidade de integração dos atores individuais ao social e ao histórico.

A representação dos tempos da escravidão deu significado à figura do negro, fazendo com que se mantivesse o controle e aceitação. Tomando como princípio de que os livros didáticos são construídos a partir desse passado e que os livros compõem a base da educação brasileira, partindo da idéia da desconstrução dos preconceitos nos sistemas de ensino, surge a problemática: O que foi, e está sendo feito para mudar a imagem do negro no Brasil ?

2.1- O Lugar do Negro na Educação.

O preconceito e a discriminação estiveram e estão presentes na sociedade. O combate tem sido árduo ao longo dos anos, principalmente pelo reconhecimento de que no Brasil existe sim preconceito.

Os debates em torno da questão negra progrediram principalmente no início do século XXI, ganhando força com o advento da Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, Xenofobia, Intolerância Correlatas, realizado em Durban, África

do Sul, em 2001. O ano de 2001 mostrou-se um marco nas discussões em torno do racismo, mobilizando a atenção para as formas de intolerância existentes com o propósito de eliminá-las. Na conferência foram discutidas as formas de preconceitos vivenciadas pela população negra do Brasil e, como forma de combatê-los, foram atribuídas políticas públicas para este fim.

Apesar dos avanços e discussões, a desigualdade ainda está presente na realidade escolar. A população negra apresenta-se como a minoria nas salas de aula e são vítimas de uma desigualdade racial que ainda possui força e quem as propague. Como resultado dessa discriminação, os estudantes negros estão presentes nas estatísticas de maior índice de evasão escolar, justificando a presença escassa de negros no ensino superior.

Espera-se das escolas um ambiente que priorize a diversidade, que ofereça um ensino onde as diversas culturas tenham o seu valor. Infelizmente, ainda temos professores despreparados, com formação ultrapassada e que nem chegam a tomar conhecimento (ou não querem) das novas discussões em torno da educação. Um problema que acaba por privar os alunos de uma história realmente brasileira, longe de uma história em que o negro também é brasileiro.

Buscando o histórico de reivindicações negras no Brasil, temos no ano de 1950 as primeiras iniciativas através do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro no Teatro Experimental Negro. O teatro fora idealizado por Abdias do Nascimento, importante intelectual que contribuiu para a causa negra no Brasil. No teatro também foi realizada a Semana do Negro, em 1955, ano que se tornou um marco por também ser o ano da edição do Jornal O Quilombo.

Os anos da ditadura desmantelaram qualquer tentativa de mudança. A instauração do governo militar descaracterizou o ensino de história e adiou as pretensões em promover ações que inserissem melhorias na situação negra.

Os movimentos negros ganham força por volta da década de setenta, tendo o ano de 1978 um importante significado. Neste ano, ocorre o Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a discriminação racial, onde foi (ex) posta a necessidade de promover o reconhecimento da cultura negra, rever seus direitos e respeito na sociedade brasileira. Já nos anos 1980, a luta pela redemocratização tomou

conta do país. Em meio às mudanças, os movimentos negros ganham força e voltam-se para o setor da educação; tanto que em 1986, foi realizada a Convenção do Negro pela Constituinte, em Brasília onde reivindicaram a inclusão da história do negro no Brasil e da África no currículo escolar .

Já em 1989, na Bahia, foi promulgada uma lei que inseria no ensino de história questões relacionadas à história e a cultura afrobrasileira. Entre 1990 e 1991 foi e a vez de Belo Horizonte e Porto Alegre, e em 1994, Belém e Aracaju. Em 1995, outro golpe para a mudança, Brasília recebe uma manifestação nacional “A marcha de Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”. Entre as reivindicações da marcha, estava a reavaliação do negro nos livros didáticos e o despreparo dos professores para trabalhar a temática do negro. Como resultado, o então presidente Fernando Henrique Cardoso cria o Grupo de Trabalho Interministerial, que tinha como objetivo atender as reivindicações e implementar políticas públicas voltadas para a população negra. Sobre a questão do livro didático, coube ao MEC (Ministério da Educação) revisar os livros e diagnosticar as idéias preconceituosas que por ventura estivessem presentes.

Em 1996, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, inicia-se uma nova política educacional com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que prevê a unificação curricular; e em 1997, o governo publica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ambas as publicações com o objetivo de estabelecer mudanças no setor educacional do país.

As lutas do povo negro receberam a materialização daquilo que por muito tempo defendiam. Após anos de dedicação dos movimentos sociais pelo fim das desigualdades raciais, em 2003, a lei 10.639 aumentou as esperanças de um futuro com mais dignidade. A lei torna o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira obrigatório no ensino brasileiro, fazendo com que, na educação, esteja presente a diversidade etnicorracial. Ocorrem também as mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo assim incluídos conteúdos e as devidas modificações a serem feitas no currículo escolar a partir do proposto pela lei 10.639. A lei apresenta-se como um grande avanço, porém sua aplicabilidade é um processo longo que envolve mudanças no currículo e no livro didático, como também mudanças para os (nos) professores.

Assinalada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva decretou o acréscimo a lei de 1996; que resumidamente trata de um ensino igualitário como fins de levar a educação de qualidade e gratuita indistintamente, a lei 10.639 foi sancionada em 9 de janeiro de 2003 e declara:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Lei 10639/03)

Para orientar professores a adaptarem-se à lei 10.639, foi criado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais para o Ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira. O plano resulta de vários encontros envolvendo governo e movimentos antirracistas que tinha por finalidade definir estratégias que garantissem a aplicabilidade da lei nas salas de aula. O plano trata-se de um documento pedagógico para orientar as instituições de como agir para se adequar as novas diretrizes, levando um conjunto de ações a serem realizadas, desde a creche à pós-graduação, que visam garantir o acesso plural à educação.

Logo em sua introdução, o plano faz referência à figura do então presidente, Luís Inácio Lula da Silva. Em sua primeira gestão, ele cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que dá início intervenção governamental na questão étnica do país. O governo resolveu pôr em prática aquilo que há anos eram reivindicações de movimentos, pautando resoluções que tornassem possível a inclusão e diminuição das desigualdades raciais.

O Plano mostra diversas medidas do governo para garantir aos negros seus direitos como a criação de diversas secretarias e políticas públicas de educação que visam “beneficiar” esses “cidadãos historicamente vulneráveis”. O MEC (Ministério da Educação) mostra-se como protagonista dos ideais do governo. Além das mudanças no currículo escolar existe o projeto de propagar a igualdade para as Universidades, com a

inclusão de cotas para os negros. Ainda no ambiente acadêmico, o MEC constrói parcerias com as instituições, como a criação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB's) e incentivos a pesquisas sobre a temática.

Os investimentos para tornar uma educação mais igualitária possível partem a princípio da formação continuada. Levar a lei para a sala de aula não é só iniciativa dos movimentos sociais, do governo ou da escola, mas de um agente fundamental para que as mudanças realmente ocorram: o professor. Segundo o Plano Nacional de Educação, entre os anos de 2006 e 2007 foram oferecidas aos professores uma formação continuada à distância, realizada pela UNB, que beneficiou cerca de 10.000 professores. Também foram produzidos exemplares intitulados de “Educação para todos” que se referem à implementação da lei 10.639/03. Outras produções foram distribuídas como Orientações e Ações para Implementação da Educação das Relações Etnicorraciais e Superando o Racismo na Escola, todas elas direcionadas aos professores. Só em 2008 foram lançados os primeiros materiais didáticos; o livro Estórias Quilombolas e o jogo do Yoté, utilizados a princípio em comunidades quilombolas.

Existem fatores que dificultam a prática. Por ter um território extenso, o Brasil apresenta obstáculos para aplicabilidade de leis como a 10.639. Existe uma rede complexa de governos, estados, municípios e chegar até ela torna-se fundamental para alcançar a concretude de uma lei. Mudar envolve ações que dependem de inúmeras outras ações como também a participação de diversos setores.

Aos sistemas de educação brasileiros foram propostas reformas curriculares, assim como a utilização de material didático que propague um ensino etnicorracial, combatendo o preconceito, o racismo e discriminação na sociedade. Incentivar é fundamental nesse processo, realizando pesquisas sobre o tema e instituindo fundos para realizá-las.

Democratizar a escola requer projetos e quem os supervisionem, para que assim a lei não fique apenas no papel e exerça sua função. Deve haver um constante incentivo em todos os níveis de ensino, tanto na produção como na divulgação de novos conhecimentos sobre o assunto. Segundo Pinto (2002), deve existir uma maior atenção ao professor, recebendo auxílio quanto à sua formação; sendo esta sólida acerca da

educação etnicorracial, no sentido de compor um instrumento para ser utilizado em sala de aula.

Em 2004 foi lançado o Parecer nº3 com o objetivo atender a resolução da lei 10.639/03, buscando cumpri-la e assegurar o “Direito à igualdade de condições de vida e de cidadania [...] a todos os brasileiros”. O parecer vem juntamente com Plano Nacional (2001) atender as urgências de mudanças devido à necessidade de valorizar a história e cultura afro-brasileira e dos africanos. Esse parecer tem como alvo as instituições de ensino, professores, alunos e todos que estão envolvidos no setor da educação.

O Parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área de educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização da sua história, cultura e identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e a discriminação que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento etnicorracial descendentes de africanos, povos de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (Parecer CNEE/CP nº3/2004-CP- Aprovado em 10.3.2004)

Mesmo com uma explosão de “mudanças”, a identidade afro-brasileira foi praticamente anulada, e sendo essas iniciativas recentes não deixaram despercebido o tempo de recusa da identidade negra no Brasil. Como afirma Hall (1995), as identidades nacionais não nascem conosco, são formadas e não possuem valor político, mas sim significados que fazem parte de um sistema de representação cultural. Nada mais natural que ir a busca de um (re) conhecimento para sentir a plenitude em ser cidadão.

As pesquisas em torno da lei 10639 têm sido amplas no meio acadêmico, porém é necessário voltar-se para o lugar principal para o qual a lei foi designada: a escola. Depois de 8 anos em vigor, será que as escolas adaptaram-se e promoveram mudanças? Na prática, as mudanças têm sido feitas de forma isolada e por alguns professores de determinadas escolas. Muitos docentes ainda desconhecem a lei.

Os livros didáticos foram recheados ao longo dos anos com histórias ditas “verdades absolutas”, incontestáveis. A figura do branco ocidental foi sempre exaltada e valores universais foram incorporados e assimilados, sem questionamentos. Diante disto, era (é) conveniente deixar a história do negro afastada do que se entendia por civilização. O negro por sua vez foi identificado como feio, desqualificado e teve sua religiosidade vista como demoníaca.

Desfazer atitudes discriminatórias tão bem implantadas torna-se uma tarefa árdua e urgente. A necessidade está em (re) construir outro olhar sobre a cultura afro-brasileira, dando ênfase à valorização da diversidade cultural, respeitando e integrando; e, acima de tudo, mostrar as contribuições do povo negro para a própria formação da nação brasileira. Essa (re) descoberta do negro pode afastar a identidade inferior e (re) criar sua identidade como pertencente a um lugar, a uma cultura e a um povo.

O negro não querendo ser negro, e não conseguindo ser branco através de seus descendentes coloca-se, como pessoa, um impasse: “ser sem querer ser” versus “querer ser sem poder ou conseguir”. Somente quando toma consciência disso, é que o negro pode vir a passar por um processo através do qual assume o que na verdade é: negro. O impasse se resolve assim. Assumindo uma identidade própria, o negro é então capaz de combater e se livrar da identidade negativa imposta pelo branco. Ao ser considerado e reconhecer-se negro, tem a possibilidade de lutar por um tratamento igual, mantidas as diferenças. (VALENTE, 1994, p.81)

As teorias de branqueamento trazidas ainda no período colonial afetaram as instituições brasileiras, incluindo as escolas. As ideologias de desvalorização à figura do negro foram sendo carregadas pelo o povo brasileiro desde a sua formação e foram responsáveis por criar estereótipos que ainda hoje, séculos depois, se fazem presentes. As escolas acabaram por refletir aquilo que era desejado, a exaltação do branco e a renegação ao negro. Ao longo do tempo, aprendeu-se a camuflar tal realidade, colocando a escola como um ambiente que supostamente trata todos como iguais. Sabemos que isso não acontece. Os fatos continuam a ser omitidos e inverdades continuam a ser propagadas.

Uma sociedade racista usa de várias estratégias para discriminar o negro, Alguns aspectos corporais, no contexto do racismo, são

tomados pela cultura e recebem um tratamento discriminatório. São estratégias para retirar do negro o status de humanidade. Talvez seja esta uma das piores maneiras de o racismo se perpetuar. Ele transforma as diferenças inscritas no corpo em marcas de inferioridade. Nesse processo são estabelecidos padrões de superioridade/inferioridade, beleza/feiúra. (GOMES, 2003, p.80)

No Brasil existe uma falsa idéia de que não existe preconceito. Por ser um país diverso, ainda existe o mito que faz alusão a uma sociedade justa perante seus cidadãos. A realidade mostra-se diferente, a começar pelo lugar do negro na sociedade. A grande maioria da população afro-brasileira encontra-se nos chamados subempregos, isso quando tem a sorte de conseguir um. Os negros nem ao menos se assumem negros. As variadas denominações mostram isso... “moreno (a), moreno (a) claro (a), branco (a) queimado (a), moreninho (a)”. Os exemplos de negação são muitos.

Trabalhar a questão negra na educação é apenas um começo para um futuro (talvez) mais igualitário. O resgate da história do negro no Brasil torna-se importante não só para os descendentes africanos como para as demais raças que constituem o povo brasileiro, pois assim desmantelariam os preconceitos e traria à tona uma nova forma de pensar a diversidade. O ensino, seja fundamental, médio ou universitário, é uma importante arma para a propagação da compreensão e do respeito.

Ao professor cabe uma importante missão: trazer essas discussões à sala de aula, mesmo quando o livro didático não oferece base. A internet tem sido uma importante ferramenta para suprir a falta de material, só basta a iniciativa. Porém, a lacuna ainda é imensa. A lei existe, materiais foram produzidos e discussões foram (e são) feitas, mas a formação dos professores ainda é falha. As iniciativas isoladas têm merecido bastante mérito. A procura por alternativas para o ensino tem aumentado como a busca na própria literatura brasileira. Práticas têm sido redimensionadas o que leva a um pressionamento por mudanças concretas por parte dos governos.

A superação do racismo e da desigualdade racial possibilitará transformações étnicas e solidárias para toda a sociedade e permitirá o efetivo exercício da justiça social e da cidadania no que respeite e garanta o direito à diversidade. Acredita-se, também, que esse processo poderá proporcionar uma reeducação social e cultural dos brasileiros no trato com a diversidade, questionando e problematizando

o mito da democracia racial. Mas para que isso aconteça faz-se necessária a construção, na prática, de oportunidades iguais para os negros e brancos que possibilitem o contato real, igualitário e cidadão com as diferenças que extrapole o plano do discurso “politicamente correto (GOMES, 2007, p.102)

O Brasil abriga a maior população negra fora da África, nossas práticas estão repletas de representações da cultura africana e não podemos renegar isso. O passado de escravidão não passa de uma vergonha que deve ser vista como tal.

Apesar de já existir material didático sobre a temática, ele ainda é pouco e muitas vezes equivocado. A lei 10639 e as demais iniciativas são o início de um processo longo de retaliações. O discurso dominador branco ainda se faz presente e depende de ações para que sejam feitas as devidas ressalvas.

A lei é bem clara no que diz respeito à sua obrigatoriedade nos ensinos Fundamental e Médio. Alguns livros didáticos foram editados na tentativa de adequar-se aos dizeres da nova lei. O próprio MEC incita que novas temáticas sejam inseridas nos livros dentro do universo da lei 10639 para assim “desconstruir” a história tradicional que priorizou a História Européia.

As mudanças necessitam de uma maior pesquisa a respeito da diversidade e da cultura afro, que são realidade, porém não chegam ao lado mais interessado: as escolas. O material didático envolve uma série de interesses políticos e financeiros que constituem uma máfia que predomina na decisão de qual coleção seria mais indicada para o ensino na instituição. Com esse esquema, muitas coleções entram nas salas de aula sem nem ao menos passarem por uma revisão, sem saber se o material realmente atende as necessidades para um ensino de qualidade. Tendo em vista que os professores geralmente usam o livro como única ferramenta, acabam por propagar um ensino resumido e falho presente nas coleções, que são distribuídas como mercadorias não priorizando o aprendizado, mas sim os ganhos. Diante dos interesses que envolvem a adoção de coleções nas escolas, muitas acabam por não atender a obrigatoriedade da lei e a falta de fiscalização e “boa vontade” faz com que a lei permaneça apenas no papel.

As iniciativas isoladas existem. A lei para ser efetivada não depende apenas da iniciativa pública, nem dos livros, nem muito menos da gestão da escola, depende

principalmente da iniciativa do professor. Porém, deve-se atentar para o fato de que muitos professores não recebem uma formação voltada para a diversidade que a lei propõe. A nova obrigação passou por cima da visão de mundo que o professor por ventura tenha, e simplesmente esperou demais sem contribuir para a mudança- não só no currículo, mas na forma de pensar do professor - de uma história que deixou o negro aos retalhos.

Focando as atenções para os primeiros anos de vida escolar, tomo como eixo o Ensino Básico. Como o próprio nome diz o Ensino Básico nos traz as bases para o convívio em sociedade e merece maior atenção. Diante disto, atendo-me a uma competência geral, que o MEC espera com a saída dos alunos do ensino básico. “Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e abordar situações e problemas do cotidiano”⁹. Para realização desta competência, é esperado do professor:

- Prestar atenção a situações e problemas, manifestando envolvimento e curiosidade;
- Questionar a realidade observada;
- Identificar e articular saberes e conhecimentos para compreender uma situação ou problema;
- Pôr em ação procedimentos necessários para a compreensão da realidade e para a solução de problemas;
- Avaliar a adequação dos saberes e procedimentos mobilizados e proceder a ajustamentos necessários.

Essa competência nos liga ao processo de introdução da cultura Afro no ensino, já que nela são tratados aspectos que nos mostram as diferenças que enfrentamos e como devem ser as relações de diversidade não só em sala de aula, mas no cotidiano. Mostrar nossa cultura torna-se essencial nesse primeiro contato social que é dado ao aluno, por isso é fundamental que esteja presente a ideologia de que ser negro não é

⁹ Currículo Nacional do Ensino Básico- Competências Gerais, disponível no http://sitio.dgicd.minedu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/121/curric_nacional_CompetenciasGerais.pdf

apenas escravo, mas incluí-lo com a devida importância que teve para a construção do Brasil, tratando de suas contribuições e de uma valorização de sua história.

Geralmente, cabe ao(a) profissional licenciado(a) em pedagogia o papel de assumir a docência no Ensino Básico. Cabe a ele(a) um série de disciplinas consideradas básicas, como Matemática, Português, História, Geografia, dentre outras. O fato preocupante, é que as discussões sobre cultura negra são recentes e nem todos costumam renovar seus conhecimentos. Diante disso, o Ensino Básico tem tido dificuldades para implementar a lei, já que a formação antiga dos(as) docentes deixa de lado a preocupação com as novas diretrizes da educação

A lei é uma exigência, mas a cobrança ainda é pequena. Os pedagogos (as) responsáveis pelas séries iniciais, que possuem uma formação mais antiga, ainda não consideram a entrada da História e Cultura Afrobrasileira no currículo como algo relevante. Eles(as) continuam a dar ênfase ao ensino de disciplinas obrigatórias e o comprometimento com a lei é quase nulo.

3. Um Estudo de Caso na Escola Maria Cândida de Oliveira

Como forma de mostrar que a lei pode se tornar uma realidade possível, podemos encontrar iniciativas que se comprometem em cumpri-la. Diante disso detive-me a pesquisar um caso onde o ensino proposto pela lei está sendo aplicado. O objeto de estudo trata-se da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Cândida de Oliveira, localizada na rua Dr. Antônio Bezerra Camboim, no bairro de Nova Brasília, município de Campina Grande-PB. Inaugurada em 1977, a escola atende atualmente a um total de 410 alunos, distribuídos do Pré-escolar (Educação Infantil) até o 5^a ano do Ensino Fundamental, funcionando nos turnos manhã e tarde. Em específico, atendo-me a sala do 5ºano onde leciona a professora Sandreylla Pereira Medeiros.

A partir de uma conversa informal em um evento acadêmico sobre Cultura Afro-brasileira e Negra, conheci Sandreylla Pereira Medeiros, que falou de seu trabalho na Escola Maria Cândida de Oliveira e me chamou atenção por sua iniciativa. A professora, que é graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba,

especialista em História da Paraíba e do Brasil e mestranda em História pela UFCG, desenvolve pesquisas na temática Afro-brasileira e travou uma luta para levar a identidade e cultura negra para dentro da sala de aula.

“Parece brincadeira, mas fui racista. Não era proposital, eu tinha medo de negro. Acho que tinha uns 7 anos de idade, quando perto da minha casa moravam duas negras. Uma sempre passava carregando água, e quando eu a via, fazia um escândalo. Chorava e chorava. Na época, ninguém chegava para mim para dizer que ela não era diferente, que era igual a qualquer pessoa. A outra mulher, ia muito à missa, como eu. Quando eu a via, ficava com medo, chorava”

Diferente do seu passado racista, a professora começou a mudar seu pensamento quando passou a ouvir as músicas da banda Reflexus. A banda de Axé baiana explodiu em fins da década de 80, com músicas que tinham um diferencial. Pela primeira vez, a nível nacional, uma banda fazia sucesso cantando músicas que falavam da cultura e riqueza do povo africano. Usando vestimentas e danças típicas do seu povo, os integrantes da Banda Reflexus representaram suas origens e principalmente a vida do povo afro-brasileiro e do povo negro baiano. Pela primeira vez, o grupo ganhava o país cantando a África e denunciando o preconceito racial. A febre que a banda causou, acabou por trazer ao povo brasileiro uma preocupação com o regime Apartheid, vigente entre os anos de 1948 a 1994. A segregação que deu poder a minoria branca na África do Sul, nunca recebeu tanta atenção antes nem depois das músicas da banda Reflexus.

“Comecei a ver que eu tinha um interesse e a desfazer atitudes racistas, mesmo sem ter muita teoria para isso. Naturalmente. Começava a discutir em grupos de amigos, quando alguém falava alguma coisa sobre negros. Tinha um amigo negro, a quem meus amigos costumavam chamar de “macaco”, sempre defendi, tomei as dores.”

Depois desse primeiro interesse, vieram outros momentos, dessa vez no âmbito escolar. Sandreylla recebera como atividade uma apresentação sobre o continente Africano, tanto no ensino fundamental, como no Médio. Para tanto fez pesquisas e esforçou-se para garantir um bom trabalho. Algo que ainda tinha um interesse inocente que talvez fosse deixado de lado com o tempo não foi apagado. Quando chegou à academia, no curso de História, teve mais uma oportunidade de trabalhar com o negro,

com a disciplina de História da África. Seu interesse pela temática só cresceu, tanto que culminou com seu trabalho de final de curso, quando iniciou seu trabalho com comunidades quilombolas. Defendeu sua monografia sob o título de Comunidade Pedra D'água em Ingá - Paraíba: Identidade Quilombola Auto-Construída ou imposta? Esse seu projeto foi estendido para especialização e, hoje, faz parte de seu mestrado.

Diferente da maioria da suas colegas, não é formada em pedagogia. Estando a dois anos ministrando aulas na escola, revelou que o trabalho com a história e cultura afro não se fazia presente na realidade da escola antes de sua chegada.

“Foi a partir de um pedido que fiz a gestão. Tornei-me uma figura folclórica aqui. Sempre defendia a inserção da História do negro no currículo. Numa representação da paixão de Cristo pedi para que inovassem colocando um Jesus negro. Por que não? Não souberam entender que as discussões sobre a identidade negra estavam com todo vapor, e não receberam bem a idéia. Alguns achavam essa minha “obsessão”(pois muitos consideram obsessão) engraçada, mesmo eu tendo alertado que a lei 10.639 já era uma realidade e que o Ministério Público vai aparecer cobrando mudanças”

Diante da incredulidade da parte de alguns profissionais, a lei não tem sido levada a sério. Não até que haja uma preparação. As instituições de ensino, sejam elas particulares ou públicas, fazem parte de uma rede complexa de relações sociais, normas e regras; onde se inserem ações, com o objetivo de propagar saberes que completam o ciclo das atividades escolares. Porém esse processo é resumido, simplificado, ignorando subjetividades e criando um “paradigma reducionista” em que a escola nada mais é do que uma instituição única.

“Por tratar-se de um paradigma que ignora a complexidade presente na escola, em que os diferentes sujeitos que neste espaço/ tempo educativo se encontram, além de participarem desta rede educativa escolar, participam de uma multiplicidade de redes de convivência nas quais vão sendo formadas as suas múltiplas subjetividades que os fazem a cada dia diferentes. Desta maneira, esse paradigma, ignorando tudo isto, não percebe que nestas tão diferentes redes educamos e aprendemos” (GARCIA e ALVES, 2000, p.8)

Tudo faz parte de um processo cotidiano, que envolve sujeitos e representações materializadas nas salas de aula através da relação aluno-professor, ensino/aprendizagem. Muito se fala sobre escola, mas o desconhecimento sobre suas vivências é quase total. Os projetos voltados para as escolas públicas, geralmente fracassam por não entender a realidade. O fracasso acaba caindo sobre a figura do professor, que é julgado como não-capaz de implementar as idealizações do governo. Para realizar uma mudança seria necessário entender que a escola é um espaço diverso, também investir na formação do professor, que muitas vezes encontra-se despreparado e distante de novas discussões.

Como foi o caso da Escola Maria Cândida de Oliveira, que recebeu o ofício em 2010 que alertava sobre as mudanças que deviam ser efetivadas. Com isso, os alertas da professora tornaram-se realidade. No momento em que houve a cobrança, viram-se despreparados e só podiam contar com a ajuda da professora Sandreylza. A formação da docente foi fundamental para implantação de uma mostra pedagógica, que tinha como personagem principal a cultura Negra. Isso mostra a importância de preparar os professores, antes mesmo de exigir que se cumpra a lei.

A mostra pedagógica é realizada no mês de outubro e mobiliza toda a escola, com diferentes temas. O ano de 2010 trouxe uma novidade como culminância das mudanças propostas pelo MEC e por Sandreylza. A mostra pedagógica viveu o continente africano e sua diversidade com participação não só dos alunos, como dos professores, funcionários, dos pais e da comunidade. Cada sala e suas respectivas docentes receberam os seguintes temas: Respeito à diversidade, Instrumentos musicais da África, Bichos Africanos, Contos Africanos para crianças brasileiras, Música boi da cara preta, dança afro-brasileira (capoeira), A culinária afro-brasileira, Palavras de origem africana, Poemas e por fim, Zumbi dos Palmares.

O dia da amostra foi totalmente dedicado ao negro, com apresentações de danças típicas, peças teatrais, exposições, jogos, brincadeiras e até a representação de obras de artes famosas substituindo os personagens por figuras negras. A escola, que abriga a diversidade, possui diversos alunos com descendência afro-brasileira, que segundo relatos, sentiram-se integrados e interessados em descobrir sua ancestralidade. O

envolvimento foi superior ao esperado, a produção de poemas sobre o que é ser negro mostra a dimensão alcançada pela mostra:

SINTA A MINHA COR

Sinto a minha cor negra
Na escuridão e na clareza

Vejo a minha boniteza
Flutuando no ar
Vejo a minha luz
Brilhando como uma estrela
E linda como uma flor
Sinta a minha cor
Como a boniteza do mundo
Sinta o meu carinho no mundo
Sinta a minha pele
E veja os meus sentimentos
Como o meu amor pelas pessoas¹⁰

Ao final da mostra, a turma da professora Sandreylza, alunos do 5º ano, organizaram um jornal que resumiu toda a mostra, posicionando-se em relação à lei e a importância de fazer dela uma realidade. Assumindo o papel do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, relataram como os negros deveriam ser tratados

[...] A beleza dos negros é divina, assim como sua coragem, vaidade e amizade. Lá na África, os negros moravam em lindos castelos e eram reis, rainhas, príncipes e princesas, tinham tudo, animais, terras e suas culturas que eram muito bonitas e interessantes. Se eu fosse o Presidente, eles seriam valorizados em todo território brasileiro[...] (Jornal produzido pelos alunos do 5º ano no ano de 2010)

Apesar do resultado positivo, a temática infelizmente acaba perdendo força depois do evento. Segundo Sandreylza, aquelas professoras que não têm ou não tiveram muito contato com a problemática envolveram-se só no momento da realização do evento, deixando a discussão morrer. Ainda sobre dar continuidade ao trabalho com a História Afro, a gestora, em entrevista, diz que há projetos para dar continuidade a discussão do tema, planejando fazer do dia 20 de novembro, dia da consciência negra, um dia para lembrar a importância da cultura e história negra. A experiência da mostra na escola Maria Cândida de Oliveira, mostra como é possível reunir

¹⁰ Poema produzido por alunos do 5º ano para a Mostra Pedagógica.

conhecimento e diversão, considerando que o lado lúdico das crianças deve ser trabalhado para a melhor assimilação dos fatos.

Podem existir várias iniciativas como a de Sandreylza, porém mostram que dependem de (in)formação. Infelizmente, na própria escola, podemos constatar que a lei não é cumprida por todos. Na maioria das salas, constata-se a falta de continuidade na discussão sobre a lei, sobre o papel do negro e as suas contribuições para a formação do povo brasileiro. Levando-se em conta a realidade da escola, as crianças são provindas de famílias de baixa renda como também são de descendência afro. Deixar de lado tais discussões é dificultar a construção de suas identidades, fazendo com que os discursos que, não valorizam sua cor e suas origens, sejam dominantes.

Quando trata-se da sala onde a professora Sandreylza leciona, constata-se como a discussão sobre negro é importante para o aluno. Os negros, aparentemente reconhecem sua cor, a grande maioria tem idéia sobre o que é racismo e relatam um problema: Preconceito por parte de pais e familiares. Ainda sob questões, os alunos afirmam que é comum ouvirem ou presenciarem cenas de preconceito no cotidiano.

No geral, o material didático, mais precisamente o livro de história, não inseriu as devidas mudanças. Na Escola Maria Cândida de Oliveira, a gestora relata que o MEC disponibiliza “paradidáticos” como apoio para aplicação da lei. Esses paradidáticos são “kits” distribuídos nas escolas públicas compostos por histórias literárias de cunho afro-brasileiro. A literatura, velha conhecida e aliada da história, apresenta grande significância no entendimento na criança, pois funciona como elemento influenciador do caráter. Sobre essa importância Bruno Bettelheim, em sua obra *A psicanálise dos contos de fadas* (1976) conclui:

Para regular os problemas psicológicos do crescimento (superar as decepções narcísicas, os dilemas edipianos, as rivalidades fraternas; ser capaz de renunciar às dependências da infância; afirmar sua personalidade, tomar consciência de seu próprio valor e de suas obrigações morais), a criança tem necessidade de compreender o que se passa em seu ser consciente, para fazer face igualmente ao que se passa em seu inconsciente (...) (BETTELHEIM, 1976, citado por CARVALHO, 1982, p. 180).

O desenvolvimento intelectual proporcionado pela leitura lúdica é fundamental para o reconhecimento de si próprio nas obras. Os clássicos da literatura infantil reproduzem o esteriótipo europeu, criando histórias em torno de lindos príncipes e lindas princesas, de pele e olhos claros, de cabelos louros e bochechas rosadas. Essa construção de imagem gera uma predileção por esse tipo de beleza, um tipo que acaba sendo considerado único e ideal, deixando as demais aparências como o oposto. No caso da literatura afro-brasileira, novos personagens são introduzidos, mostrando que a cor negra tem sua beleza e que existiram príncipes e princesas no continente africano. Exemplo disso é a história *Menina Bonita do Laço de Fita* utilizada na escola Maria Cândida de Oliveira.

Era uma vez uma menina linda, linda. Os olhos dela pareciam duas azeitonas pretas, daquelas bem brilhantes. Os cabelos eram enroladinhos e bem negros, feito fiapos da noite. A pele era escura e lustrosa, que nem o pêlo da pantera negra quando pula na chuva. (MACHADO, 2000, p.1)

A partir desse conto, põe-se novamente a questão da representação. Como diz Hall (2000), um “sistema de significação” se insere nas personagens e levando em conta o fato de que as representações influem no que dizemos, pensamos ou fazemos, é a partir dela que construímos sentidos para o mundo. O conto trata, portanto, de uma resignificação da idéia de beleza, quando sai do mundo dos contos europeus centrados no esteriótipo branco, e volta-se para a figura da personagem negra, levando a uma nova perspectiva do belo.

Os significados que a literatura infantil pode proporcionar são fundamentais na construção de sua identidade como também no campo do respeito à diversidade. Entretanto, deve haver uma problematização. Significados podem ser múltiplos e dependem do modo como professor vai lidar com a reprodução de contos como *Menina bonita e o laço de fita* em sala de aula. Não adianta apenas uma leitura, pois, para os alunos, pode acabar como apenas mais uma história. Deve-se utilizar a literatura afro-brasileira como um viés para discutir a inclusão e a diversidade no âmbito escolar.

A inclusão de discussões sobre o tema, mesmo das formas mais simples, é uma necessidade para enfim tornarmos o negro integrante da nação brasileira, valorizando seu passado e dando as glórias esquecidas. Essa falta de reconhecimento causou uma

“deficiência” social. Hoje, o negro compõe os índices da desigualdade econômica brasileira, os índices de analfabetismo, os índices de delitos, os índices de evasão escolar, e assim por diante. Não adianta instituir leis ou mudanças prévias esperando resolver o problema de imediato. O problema está na mentalidade, no simbólico e nas representações construídas ao longo dos anos e sua desconstrução é um processo lento que depende de várias iniciativas.

O papel da escola é imprescindível para uma efetivação das mudanças no futuro. A lei foi um primeiro passo para um novo olhar e uma nova construção sobre o que é ser negro. O negro continua invisível para a maior parte da sociedade brasileira. Apesar das discussões (nunca se discutiu tanto sobre a questão negra), o encobrimento da realidade ainda é feito. A dívida social que o Brasil tem com o negro é gigantesca, e sua quitação começa com as efetivas mudanças na educação. A situação precária dos negros no país precisa ser revista. Os reflexos do tempo da escravidão ainda estão presentes e precisa receber a devida atenção. O Brasil é um país de proporções continentais, entre suas riquezas inclui-se seu povo. Uma mistura tão rica de povos não deve constituir problemas e sim orgulho(s).

Como resultado do trabalho de Sandreylza, um caso em particular chamou-me atenção, resumindo a importância da inclusão. Um determinado aluno, triste, tímido, isolado, sentava-se sempre nos fundos da sala, nas últimas cadeiras. Era negro e sempre sofria brincadeiras por isso. Calado, nunca participava das aulas e suas notas não eram satisfatórias. A partir do momento em que a professora assumiu a turma e começou a discutir a História do negro brasileiro, desconstruindo os estereótipos que até então eram vistos como únicos, o interesse do aluno passou a mudar. Culminando na sua participação na Mostra Pedagógica. Ativo, participou com uma grande motivação. Seu comportamento mudou, as brincadeiras foram combatidas, passou a participar mais das aulas e seu interesse demonstra como estava se sentindo reprimido. Quando o aluno passou a se ver no falar da professora, passou a esclarecer sua identidade, levando a uma aceitação. Aceitação não só por parte de alunos negros, como a aceitação por parte dos outros, aceitação de que as diferenças não são sinônimo de vergonha e nem motivo para gozação.

Considerações finais

O caso da professora Sandreylza mostra como a educação tem papel fundamental nas transformações sociais, sendo capaz de organizar uma sociedade em torno da solidariedade, igualdade e liberdade, conceitos e atitudes que durante toda a vivência humana foram compreendidos, mas que na prática, até então, nunca foram, de fato garantidos e tidos como direitos de todos. Devemos criar maneiras de lidar com a diversidade para não apenas percebê-la, mas legitimá-la.

O contraste presente na Escola é claro. Apesar do envolvimento na Mostra Pedagógica, a maioria dos professores(as) envolveu-se apenas no momento da elaboração do evento. Em entrevista com a professora Sandreylza, ela relata como nenhum outro profissional da escola tem dado a devida atenção a temática, pois o assunto “morreu” depois daquele dia. Certamente, um dia não será capaz de ser significativo na vida do aluno. Como a própria professora disse, é preciso uma mudança de si antes mesmo de querer mudar os alunos.

Levando em conta a falta de material e a falta de formação, pode-se perceber o porquê de a lei não estar sendo cumprida e de não ter previsão para ser efetivada. O caso da Escola Maria Cândida de Oliveira, reflete a discrepância presente na educação. Enquanto em alguns casos existe a preocupação de integrar a História Afro no currículo, em outros pode até existir o conhecimento, porém problematizá-lo restringe-se a momentos como o da própria Mostra Pedagógica realizada. O segredo, segundo a docente Sandreylza, está na sensibilidade de tratar do assunto sempre quando for levantada a questão. O racismo é, infelizmente, algo que está no cotidiano, não só contra o negro como também para outras figuras presentes em nossa sociedade que não se adequam ao “padrão”. Combater as pequenas demonstrações de preconceito no dia-a-dia contribui para com que essas atitudes não se repitam. Essa é uma das vantagens em trazer a discussão para o âmbito do ensino básico, já que a criança está começando a formar suas opiniões e torna-se relativamente mais fácil encontrar maneiras de conduzi-la a pensar os fatos com olhares múltiplos.

Referências Bibliográficas

XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, **A escola a partir da Lei 10.639/03: entre as dores da invisibilidade e o reconhecimento social** 2009. Disponível em: http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/31_8_2009_23_5_22.pdf. Acesso:30/03/11.

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Disponível em: http://www.mp.pe.gov.br/uploads/bGGikz17byQwrMAFK30Yfw/planonacional_10.6391.pdf. Acesso: 14/03/11

Lei No 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso: 27/04/11

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/Diretor2006/DiretorF_parecer3_2004_resolucao1_04.pdf Acesso: 27/04/11

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu da, (Org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 1995.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. Ser negro no Brasil Hoje (negrito). 11. ed. São Paulo: Moderna, 1994.

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. In: Revista Brasileira de Educação. Maio? JUn/JUL/ Ago n.23, 2003

_____ Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (org). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

DA COSTA, Emilia Viotti. Da monarquia à República: momentos decisivos. **O mito da democracia racial**. 6ª Ed. São Paulo: UNESP, 1998.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 34ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

LARRETA, Enrique Rodriguez/ GIUCCI, Guillermo. Gilberto Freyre: uma biografia cultural: uma formação cultural. Trad. Joseli Vianna Batista. Rio de Janeiro: Record, 2007.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnahagen a FHC. **Gilberto Freyre: o relogio a colonização brasileira**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MATTOS, Hebe. Cultura política, memória e historiografia. **Memória e Historiografia no oitocentos: a escravidão como história no tempo presente**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009,

Machado. Ana Maria: Menina Bonita do laço de fita. 7ª Ed. São Paulo: Ártica, 2005.

BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fada. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GARCIA, R. L. Do baú da memória: histórias de professora. In: ALVES, Nilda, GARCIA, Regina Leite (Orgs.). **O sentido da escola**. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. 2ª Edição. Belo. Horizonte: Autêntica, 2005.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades. In: A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.